Processo nº 769/2023

(Autos de Recurso Civil e Laboral)

Data do Acórdão: 25 de Janeiro de 2024

ASSUNTO:

- Direito à indemnização
- Prescrição

SUMÁRIO:

- É com base na data do conhecimento dos factos que constituem a causa de pedir que se pode decidir sobre a prescrição do direito à indemnização.

Rui Pereira Ribeiro

Processo nº 769/2023

(Autos de Recurso Civil e Laboral)

Data: **25 de Janeiro de 2024**

Recorrente: **(A)**

Recorridos: **Região Administrativa Especial de Macau,
Instituto de Formação Turística de Macau,
(B) e (C)**

*

**ACORDAM OS JUÍZES DO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA RAEM:**

I. RELATÓRIO

(A), com os demais sinais dos autos,
vem instaurar acção declarativa sob a forma de processo
ordinário contra

Região Administrativa Especial de Macau,
Instituto de Formação Turística de Macau,
(B) e

(C), todos, também, com os demais sinais dos autos.

Pedindo que:

- sejam os 1ª e 2º Réus condenados a pagar uma indemnização ao Autor por violação do seu direito patrimonial de autor pelo uso superveniente da informação gráfica e digital do projecto da obra de arquitectura sem a sua devida autorização, para enriquecimento sem causa daqueles, no valor de MOP1.195.300,00;

- sejam as 3ª e 4ª Rés condenados a pagar uma indemnização ao Autor por violação do seu direito moral de autor, em resultado da modificação da informação gráfica e digital do projecto da obra de arquitectura sem a sua autorização, e pela remoção das legendas dos desenhos que o identificam como autor da obra, no valor de MOP500.000,00.

Os Réus nas suas contestações invocaram a excepção peremptória da prescrição do exercício do direito, excepção esta que no despacho saneador veio a ser julgada procedente.

Não se conformando o Autor com essa decisão, veio este interpor recurso, formulando as seguintes conclusões:

1. O objecto do presente recurso cinge-se ao teor da decisão do Tribunal *a quo* constante de fls. 923 e seguintes dos autos (doravante, a “Decisão”), nos termos do qual aquele Tribunal julgou procedente a excepção peremptória de prescrição arguida pelos Recorridos, absolvendo-os de todos os pedidos.
2. No caso *sub judice*, ao contrário do que parece estar subjacente ao

entendimento vertido pelo Tribunal *a quo*, verifica-se que o concreto direito invocado pelo Recorrente e que se encontra escalpelizado na sua causa de pedir – e, conseqüentemente, nos pedidos – não se prende com as alterações introduzidas na obra de arquitectura em apreço.

3. A presente acção versa especificamente sobre a violação do direito de autor pelo **i)** uso superveniente de informação gráfica e digital do Recorrente, uso esse não autorizado, **ii)** pela modificação da mesma, também não autorizada, assim como **iii)** pela remoção das legendas dos desenhos que o identificam enquanto autor da obra.
4. Interessa assim saber quando é que o Recorrente tomou efectivo conhecimento de que o 2.º Recorrido instruiu um pedido de licenciamento de obra referente a alterações perpetradas na obra de arquitectura, originalmente designada por “Biblioteca XX” (a qual é propriedade da 1.ª Recorrida, e da qual o Recorrente foi o respectivo arquitecto), com desenhos Recorrente e com desenhos que resultaram da manipulação pela 3.ª Recorrida (sob a responsabilidade da 4.ª Recorrida) da informação digital original, projectada pelo Recorrente.
5. Tal conhecimento, por parte do Recorrente – acerca da cedência ilícita e do uso ilícito da informação gráfica e digital do projecto original -, apenas ocorreu aquando da consulta do respectivo processo de licenciamento n.º 19/MF/2018/L, na (à data) Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, consulta essa que ocorreu em 1 de Agosto de 2018, pelo que só a partir dessa data se iniciou a contagem

- do prazo prescricional previsto no n.º 1 do artigo 491.º do Código Civil.
6. Sendo que, no dia 29/07/2021, o Recorrente requereu a notificação judicial avulso dos Recorridos, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 315.º do Código Civil.
 7. Desse modo, verifica-se, sem margem para dúvidas que, na data em que a Petição Inicial foi apresentada junto do Tribunal Judicial de Base (27/09/2021), o direito invocado pelo Recorrente não se encontrava prescrito.
 8. Atento o teor da Decisão ora colocada em crise, verifica-se que o Tribunal a quo violou as disposições legais ínsitas nos artigos 491.º, n.º 1, 315.º, n.º 5, 272.º e 289.º todos do Código Civil.

Contra alegando veio o 2º Réu o Instituto de Formação Turística de Macau dizer:

- i) Não merece censura a decisão que julgou procedente a excepção peremptória de prescrição do direito de Indemnização;
- ii) o Autor tomou prévio conhecimento das obras de modificação do Edifício da responsabilidade do IFTM, desde o ano de 2016, foi consultado nos termos do artigo 144.º, n.º 2 do DL n.º 43/99/M, de 16 de Agosto, para os três projectos de obras e sabia que não tinha o direito exclusivo a ser-lhe adjudicado o projecto de modificação do edifício da antiga Biblioteca, ora em causa;
- iii) Foram-lhe adjudicados directamente, e com dispensa de consulta a

- outras entidades, os Serviços de Consultoria para o Projecto de Renovação do Novo Campus da Taipa do IFTM (Edifício da Biblioteca) e os Serviços de *Design* e de Submissão das Plantas dos Andares para Substituição de Aparelhos de Ar-condicionado, respectivamente em 12 de Maio de 2016 e em 5 de Dezembro de 2016;
- iv) Depois da adjudicação directa desses contratos, o 2.º Réu decidiu abrir um procedimento de consulta e convidou o Autor e mais três entidades para apresentarem propostas para a prestação de Serviços de Actualização das Plantas de Construção dos Andares e de Prevenção contra Incêndios, que foi adjudicada à empresa (B), em 29 de Dezembro de 2016;
- v) Certo é que os três contratos, incluindo o que é objecto dos autos, seguiram as regras da contratação pública, nomeadamente as previstas no DL n.º 122/84/M, de 15 de Dezembro;
- vi) O Autor sabia que o pedido de licenciamento iria necessariamente ser Instruído com o projecto de obras de modificação, para ampliação de espaços destinados a salas de aulas e para cumprimento das normas de segurança contra incêndios previstas no DL n.º 24/95/M;
- vii) O Autor sabe de que quando há intervenções de outro, que não o autor, nos desenhos originais da obra de arquitectura, não podem ser removidas as legendas que se encontravam nos desenhos originais, como resulta do artigo 85.º da petição inicial e consta do ponto 8 do Parecer n.º 7/DJUDEP/2018, de 23 de Janeiro de 2018, que o Autor

juntou como Doc. n.º 22;

- viii) Contudo, não só não houve intervenção dos Réis nos desenhos originais da antiga Biblioteca XX como também não foram removidos desses desenhos originais as legendas e a identificação do autor, tal como é referido pela DSSOPT no ponto 9 do Parecer n.º 7/DJUDEP/2018, de 23 de Janeiro de 2018;
- ix) A identificação das 3.^a e 4.^a Réis só aparece no projecto das obras de modificação que lhes foi adjudicado;
- x) Ainda assim, e mesmo que alguma razão assiste-se ao Autor, o que não é o caso, determina o artigo 491.º, n.º 1 do Código Civil que o direito de indemnização prescreve no prazo de 3 anos a contar da data em que o lesado teve ou deveria ter tido conhecimento do direito que lhe compete e da pessoa do responsável, embora com desconhecimento da extensão integral dos danos;
- xi) Ora, como é referido na decisão recorrida, resulta dos artigos 34.º, 35.º, 37.º a 41.º que o Autor tomou conhecimento da obra em causa e de que seria necessário consultar os desenhos originais para realizar as obras de modificação do edifício;
- xii) A prescrição do direito constitui uma excepção peremptória, cuja procedência importa a absolvição total do pedido, conforme resulta dos artigos 412.º, n.ºs 1 e 3 do Código de Processo Civil.

Contra alegando veio a 4.^a Ré (C) dizer:

- i) O Tribunal *a quo* não violou qualquer disposição legal, nomeadamente os artigos 491.º, n.º 1, 315.º, n.º 5, 272.º e 289.º do Código Civil, quando julgou procedente a excepção peremptória de prescrição do direito de indemnização;
- ii) O Tribunal *a quo* não incorreu em erro quanto ao pedido formulado nos autos, e entendeu que teve ou deveria ter tido conhecimento do direito que compete ao Recorrente e da pessoa do responsável;
- iii) De facto, o Recorrente tomou prévio conhecimento das obras de modificação do Edifício da responsabilidade do IFTM, desde o ano de 2016, foi consultado para os três projectos de obras e sabia que não tinha o direito exclusivo a ser-lhe adjudicado o projecto de modificação do edifício da antiga Biblioteca, ora em cause;
- iv) Os três contratos, incluindo o que é objecto dos autos, seguiram as regras da contratação pública, nomeadamente as previstas no DL n.º 122/84/M, de 15 de Dezembro;
- v) O Recorrente sabia que o pedido de licenciamento iria necessariamente ser instruído com o projecto de obras de modificação, para ampliação de espaços destinados a salas de aulas e para cumprimento das normas de segurança contra incêndios previstas no DL n.º 24/95/M;
- vi) O Recorrente sabia que o dito projecto, tinha sido adjudicado à 3.ª Ré (representada pela 4.ª Ré), em 29 de Dezembro de 2016, cuja realização exige necessariamente a intervenção de arquitecto;
- vii) Não houve intervenção das Rés nos desenhos originais da antiga

Biblioteca XX, e a identificação das 3.^a e 4.^a Rés só aparece no projecto das obras de modificação que lhes foi adjudicado;

viii) Como é referido na decisão recorrida que o Recorrente tomou conhecimento da obra em causa e de que seria necessário consultar os desenhos originais para realizar as obras de modificação do edifício, e alterou ainda o IFTM da eventual violação do seu direito pessoal com a realização das obras a projectar; e

ix) Não resta dúvida que o Recorrente deixou decorrer o prazo de prescrição de 3 anos, a verificação de uma excepção peremptória implica a absolvição total do pedido, conforme resulta dos artigos 412.º, nºs 1 e 3 do Código de Processo Civil.

A 1.^a Ré e 3.º Réu silenciaram.

Foram colhidos os vistos.

Cumprе, assim, apreciar e decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

É o seguinte o teor da decisão recorrida:

«Da excepção peremptória de prescrição do exercício do direito invocada pelos RR:

Nos presentes autos o A intentou a acção:

- contra os 1.º e 2.º RR, para pagamento de uma indemnização ao Autor por violação do seu direito patrimonial de autor pelo uso superveniente da informação gráfica e digital do projecto da obra de arquitectura sem a sua devida autorização, para enriquecimento sem causa daqueles, no valor de MOP\$1.195.300,00;

- contra os 3.º e 4.º RR, para pagamento de uma indemnização ao Autor por violação do seu direito moral de autor, em resultado da modificação da informação gráfica e digital do projecto da obra de arquitectura sem a sua autorização, e pela remoção das legendas dos desenhos que o identificam como autor da obra, no valor de MOP\$500.000,00.

Com fundamento na violação do direito do autor pelo uso (superveniente) não autorizado de informação gráfica e digital do Autor, pela modificação da mesma não autorizada e pela remoção das legendas dos desenhos que o identificam enquanto autor da obra.

Os RR nas suas contestações invocaram a excepção peremptória da prescrição do exercício do direito.

Resulta da petição inicial, designadamente dos seus artigos 34.º, 35.º, 37.º, 41.º e documentos juntos com os números 6, 11, 12 e 13, que o Autor tomou conhecimento e participou na consulta para a adjudicação de uma empreitada designada por “Edifício Progresso”, pelo menos em 29/12/2016.

Resulta, ainda, claro que o Autor, pela mera leitura do objecto da empreitada sabia que as obras a realizar se destinavam a melhorar, com a introdução de

algumas modificações, a obra de arquitectura original de que o Autor assume a autoria.

Igualmente se retira que o Autor, por correspondência trocada com o Instituto de Formação Turística, doravante IFT, alertou aquele organismo da eventual violação do seu direito pessoal com a realização das obras a projectar.

Ademais, dos artigos 37.º a 50.º da petição inicial se retira inequivocamente que a 2.ª Ré teve vários contactos com o Autor, inclusivamente em termos de consulta quanto às alterações a efectuar tendo em vista o projecto de arquitectura, do actualmente designado “Edifício Progresso”

Sendo que, tendo sido a proposta do Autor (referida no artigo 114 da P.I.) preterida em favor da 3.ª Ré “(B)”, o Autor assumiu a posição de haver necessidade da sua autorização para que pudesse ser feita qualquer alteração ao projecto inicial, sob pena de ilegalidade e consequente violação dos seus direitos de autor.

Nos termos do artigo 491.º n.º 1 do Código Civil, *“o direito de indemnização prescreve no prazo de 3 anos, a contar da data em que o lesado teve ou deveria ter tido conhecimento do direito que lhe compete e da pessoa do responsável... ..”*

Dos artigos da P.I. acima referidos e dos documentos juntos pelo próprio autor, designadamente o doc n.º 4, resulta inelutavelmente que desde 28 de Novembro de 2016 que o Autor sabia da intenção do IFTM em proceder a modificações no Edifício, nomeadamente para compatibilizar e harmonizar

obras realizadas pela Universidade XX antes de Outubro de 2015, data em que o Edifício da Biblioteca ora em discussão foi cedido ao IFTM pela DSF.

O A. apenas apresentou a presente acção em 2021, ainda que precedida de notificação avulta requerida em 29/07/2021, o que, se mostra sem margem de dúvida, que pelo menos desde 28 de Novembro de 2016, teve ou deveria ter tido conhecimento do direito que lhe compete e da pessoa do responsável.

Assim prescrita está o prazo de 3 anos a que se refere o artigo 491.º n.º 1 do Código Civil.

Termos em que deve julgar procedente a excepção peremptória arguida pelos RR, absolvendo o A. de todos os pedidos.

Custas pelo A.

Notifique e DN.».

A questão a decidir nesta sede processual implica a definição exacta da causa de pedir do Autor.

Consta dos artigos 1º a 3º da p.i. o seguinte:

«1º

No dia 1 de Agosto de 2018, o Autor teve conhecimento de que o 2.º Réu apresentou um pedido de licenciamento de obra referente a alterações perpetradas na obra de arquitectura, originalmente designada por “Biblioteca XX”, que é propriedade da 1.ª Ré, e da qual o Autor foi o respectivo arquitecto (cfr. documento 2).

2º

Tal pedido foi instruído tanto com desenhos do Autor e como ainda com desenhos que resultaram da manipulação pela 3.º Ré (sob a responsabilidade da 4.ª Ré) da informação digital original, projectada pelo Autor.

3º

Informação digital essa que o Autor não facultou, nem autorizou a sua utilização/manipulação por terceiros.».

Nos artigos 68º a 71º e 76º a 79º o Autor desenvolve o que invocava naqueles artigos iniciais explicando:

«68º

Desses desenhos foram também removidas legendas que se encontravam nos desenhos originais, onde também era indicado o autor da obra de arquitectura, mais uma vez, o Autor.

69º

Assim, o pedido do 2.º Réu foi instruído com (i) desenhos do Autor, e com (ii) desenhos que resultaram da manipulação de informação digital dos desenhos originais.

70º

De todos foram removidas as legendas dos desenhos originais onde constava o nome do criador da obra de arquitectura, e onde se colocaram outras legendas, para que outros se arrogassem criadores, a saber: (B), a 3.º Ré (ex vi desenhos S01 a S06, R01 a R06 e FS-01 a FS-06, todos do documento 18).

71º

Sem que o Autor para tal tenha dado a devida autorização.

76º

Na falta dessa autorização 1.ª Ré, enquanto dona da obra, ou o 2.º Réu, enquanto seu agente, teriam de se munir de uma representação precisa da construção original, para aí se introduzir o que foi objecto de modificação.

77º

Ou seja, teriam obrigatoriamente de recorrer àquilo a que se denomina por “levantamento do edifício”, e que teria de ser levado a cabo por técnicos especializados, o que comportaria o custo monetário correspondente, que, sabe o Autor, é elevado.

78º

Esse montante seria expressão do *levantamento* de uma área total de superfície bruta de 15.054,20 m² – cfr. Documento 20, referente à ficha técnica da fase de anteprojecto, do processo de licenciamento, o qual consta ainda na ficha técnica da fase de telas finais, tal como constou da ficha técnica do projecto de modificação, cujo preenchimento é da responsabilidade da 4.ª Ré.

79º

Montante que se estima em MOP\$828.000,00. apenas para a representação das plantas dos pisos,».

Da decisão recorrida como fundamento do despacho ora objecto do recurso consta:

«Resulta da petição inicial, designadamente dos seus artigos 34.º, 35.º, 37.º, 41.º e documentos juntos com os números 6, 11, 12 e 13, que o Autor tomou

conhecimento e participou na consulta para a adjudicação de uma empreitada designada por “Edifício Progresso”, pelo menos em 29/12/2016.

Resulta, ainda, claro que o Autor, pela mera leitura do objecto da empreitada sabia que as obras a realizar se destinavam a melhorar, com a introdução de algumas modificações, a obra de arquitectura original de que o Autor assume a autoria.»

Salvo melhor opinião assenta a decisão recorrida numa errada interpretação da causa de pedir.

O que o Autor invoca como fundamento – causa de pedir – do seu pedido não é o prejuízo decorrente da alteração do desenho arquitectónico do edifício em causa, mas, apenas, o uso dos desenhos do Autor e da informação digital original sobre a qual foram desenhadas as alterações projectadas.

Segundo o Autor diz para submeter o pedido de autorização de realização de obras de alteração no edifício é necessário juntar as plantas originais e plantas de onde resulte o que foi inicialmente projectado e as alterações que se pretendem introduzir, umas e outras desenhadas a cores diferentes.

Para realizar estas segundas plantas onde consta desenhado o que foi inicialmente projectado e as alterações que se pretendem introduzir é necessário ter a planta do edifício tal qual ele é, isto é, como foi construído – que se supõe ter sido de acordo com a planta inicial/original do edifício -.

A planta do edifício tal qual ele é pode ser obtida de uma de duas formas:

1. Reprodução da planta inicial/original do edifício;
2. Realização de uma planta de acordo com o que está construído fazendo-se um “levantamento do edifício” – continuamos a sintetizar o que o Autor invoca -.

Segundo o Autor em vez de se ter procedido a um levantamento do edifício e feito uma planta nova do mesmo sobre a qual fossem desenhadas as alterações a realizar, o que se fez foi reproduzir as plantas originais realizadas pelo Autor retirando as legendas e a referência à autoria do Autor e desenhado sobre elas o que se quis.

Deste facto – de que as suas plantas haviam sido reproduzidas e usadas sem a sua autorização - diz o Autor ter tomado conhecimento em 1 de Agosto de 2018.

Ora, como se vê o que está aqui em causa não é a alteração à obra arquitectónica cuja autoria o Autor invoca ser sua, circunstância da qual segundo se diz o Autor terá tido conhecimento em 2016.

O que está em causa nestes autos e constitui a causa de pedir é o uso dos desenhos e das plantas da Autoria do Autor, reproduzindo-os sem a sua autorização o que só aconteceu

quando foi submetido o pedido de autorização da realização das obras de alteração, e que só terá acontecido em 2018.

Pelo que, não versando o despacho recorrido sobre a data em que o Autor teve conhecimento deste facto, nunca se poderia ter concluído pela procedência da excepção peremptória da prescrição.

Assim se concluindo, impõe-se revogar o despacho proferido, ordenando-se a remessa dos autos para se decidir nos termos que se houver por convenientes que não sejam aqueles.

III. DECISÃO

Nestes termos e pelos fundamentos expostos concedendo provimento ao recurso, revoga-se o despacho recorrido ordenando-se a remessa dos autos ao Tribunal “a quo” para se decidir como houver por conveniente que não naqueles termos.

Custas pelas Recorridos sem prejuízo daqueles que delas estão isentos.

Registe e Notifique.

RAEM, 25 de Janeiro de 2024

Rui Pereira Ribeiro
(Juiz Relator)

Fong Man Chong
(1º Juiz-Adjunto)

Ho Wai Neng
(2º Juiz-Adjunto)